

# Dívida terá negociação política

externa

Sem partir para o confronto ou participar de cartéis de devedores, o Brasil iniciará uma negociação política com chefes de Estado para reduzir o estoque de sua dívida externa e, ao mesmo tempo, garantir o fluxo de recursos ao País através do lançamento de bônus no mercado internacional.

Esta é a nova fase que o Governo inaugurará no “front” externo a partir de hoje com a assinatura, em Nova Iorque, do acordo de renegociação da dívida externa brasileira, informou o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Embora os entendimentos ainda sejam preliminares, o restabelecimento de fluxo de recursos para o País poderá ser iniciado pelos governos italianos e japoneses, no caso, através do Fundo Nakazone.

Para o lançamento de bônus, através de bancos de investimento estrangeiros como o japonês Namura Security, não está definido ainda se a emissão partirá do próprio Governo ou das empresas estatais. Representa, porém, a alternativa de obtenção de recursos porque não existe nenhuma estratégia baseada no aumento dos empréstimos voluntários dos bancos. Estes empréstimos, segundo Mailson, só foram possíveis na época da reciclagem dos petrodólares e não representou um bom negócio para os bancos.

## Palestra

A exploração de todas as formas de redução do estoque da dívida externa será o tema da sua palestra, no próximo dia 25, na reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI). “Vamos mostrar que o Brasil está ajustando sua economia e modernizando suas políticas tarifárias, industrial e de exportação e pode, agora, partir para a redução do estoque da sua dívida” — argumentou.

Depois de historiar o processo de renegociação, Mailson insistiu em que o acordo representa uma passo importante para uma solução “adequada para o angustiante problema da dívida externa”, na medida em que “aplaina o caminho para a arrancada da redução do estoque”.

“O que não pretendemos é fazer esta redução de forma unilateral e de confrontação. Seria um desatino e um engodo agir unilateralmente”, comentou o ministro criticando, sem citar nomes, aqueles que elaboram “teses bonitas desenvolvidas em quatro paredes e ar refrigerado. Se der certo ficarão felizes. Se der errado a culpa é do Governo e quem paga é o povo”, comentou insistindo na necessidade de que qualquer entendimento será através da cooperação e no mercado.

## Quatro fases

Mailson lembrou que a estratégia de negociação da dívida externa traçada pelo Governo teve o seu início em 1º de fevereiro deste ano, envolvendo quatro fases. A primeira delas foi marcada pelo acordo com os bancos credores para reestruturação da dívida de médio prazo e obtenção de recursos novos da ordem de US\$ 5,2 bilhões. A segunda fase se deu com a retomada do diálogo com as instituições multilaterais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A terceira fase se caracterizou pelo acordo acertado com o Clube de Paris para reescalonamento da dívida vencida e a vencer junto às agências internacionais. Neste acordo foi acertado, também, a reestruturação da cobertura de financiamento das importações do País. A quarta fase de negociação da dívida terá o seu início hoje, a partir da assinatura do acordo com os bancos credores.

## Inovação

O ministro ressaltou, ainda, que o acordo obtido pelo Brasil inclui diversos avanços e inovações conceituais, principalmente quanto à vinculação dos desembolsos dos bancos ao acerto com o FMI. A primeira parcela dos US\$ 5,2 bilhões de dinheiro novo deverá ser desembolsada até o final de outubro próximo, no valor de US\$ 4 bilhões. Esta parcela será desembolsada independentemente do cumprimento do acordo com o Fundo.

A segunda parcela, de US\$ 600 milhões, será desembolsada em dezembro deste ano, mesmo que o País não esteja cumprindo as me-

tas acertadas com o FMI. A terceira parcela, também no valor de US\$ 600 milhões, será desembolsada até o final do primeiro trimestre de 89, sendo que o País terá que estar cumprindo as metas do acordo acertado com o Fundo Monetário. Mailson destacou, entretanto, que foi introduzido um mecanismo de votação pelo qual a maioria dos bancos credores é que decidirá se será levado em conta ou não o cumprimento das metas do FMI.

Outro ponto de inovação ressaltado pelo ministro diz respeito à salvaguardas obtidas pelo País. Pela cláusula acertada no acordo, o Brasil terá o direito de reabrir negociações com os credores caso ocorra qualquer “fato adverso”, inclusive “modificações nas variáveis externas”. O acordo concedeu, também, total segurança às reservas cambiais brasileiras, que não estão mais sujeitas a apropriação ou seqüestro nem antes, nem após as decisões judiciais, no caso de o País não pagar a dívida.

## Bônus

Mailson da Nóbrega afirmou que o acordo firmado pelo Brasil consagra, também, o sucesso dos chamados bônus de saída” (exit bonds), que são títulos usados na conversão da dívida por parte de bancos de pequeno porte. No caso brasileiro, esse mecanismo encontrou adesão de cerca de 100 bancos, no montante de US\$ 1 bilhão. “Este é o primeiro esquema de securitização e redução dos estoques dos débitos negociados voluntariamente. Esperamos que o número de bancos aumente ainda mais, juntamente com o volume de bônus”, disse.

Afirmou que dos US\$ 5,2 bilhões de dinheiro novo a serem repassados pelos bancos credores envolvem recursos sob a forma de bônus, financiamento paralelo, cofinanciamento e financiamento para o comércio. Deste total, cerca de US\$ 1,8 bilhão poderá ser convertido até 1º de setembro de 1989, em investimentos diretos, ou seja, sem passar pelos leilões.

## FMI

Com relação ao acerto com o FMI, Mailson lembrou que o Brasil retomou contatos com a instituição — a nível político — em fevereiro deste ano. Em março o Governo enviou a primeira delegação a nível técnico e em abril iniciou as negociações formais, sendo que em maio foi aprovado o programa de modernização e ajuste econômico, durante uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, da qual participaram governadores de vários Estados do País. Este programa, também tido como inovador, substituiu as chamadas “cartas de intenção” utilizadas até antes da crise da dívida em 82.

O acordo stand by com o Fundo envolve recursos da ordem de US\$ 1,4 bilhão, sendo que a última parcela deste empréstimo deve ser desembolsada até o primeiro trimestre do próximo ano.

## Clube de Paris

O acerto com o Clube de Paris se deu no final de julho último, quando o Brasil assinou acordo reescalando a dívida vencida de 1º de janeiro de 1987 a 31 de julho de 1988 e a dívida vincenda de 1º de agosto de 88 a 31 de março de 89. Este acordo envolveu recursos da ordem de US\$ 5 bilhões, sendo US\$ 3,9 bilhões referentes ao principal e US\$ 1,1 bilhão aos juros.

O ministro destacou que o País obteve também o maior prazo de negociação para pagamento da dívida junto ao Clube de Paris, ou seja, 10 anos, a contar de abril de 1990. Com isso, na verdade o prazo para pagamento será de 11 anos e 8 meses, com cinco anos de carência. A partir deste acordo, segundo Mailson, algumas agências internacionais já reiniciaram a cobertura do financiamento de importações brasileiras, principalmente de bens de capital.

## Juros

De acordo com Mailson da Nóbrega, o Brasil pagará este ano um volume de juros entre US\$ 9 e US\$ 9,5 bilhões, compreendendo as dívidas dos bancos privados, instituições multilaterais e agências oficiais. Disse que nesta nova fase de acerto com os credores a intenção do Governo será a de reduzir gradativamente os estoques da dívida e para isso continuará pregando mecanismos voluntários de negociação, como por exemplo os exit bonds.



Mailson quer mostrar que o País está ajustando a economia e parte para a redução da dívida

Luis Tajés